

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O mundo ocidental contemporâneo tem evoluído assente em dois pilares fundamentais que, de forma sucessiva, algumas vezes conflituante e outras complementar, têm marcado o ritmo e o tom da História que se vai fazendo.

Os Estados Unidos da América, sobretudo a partir do pós-guerra, e a Europa, fundamentalmente com as conquistas da União, têm assinalado o seu espaço no mundo, como sempre em todos os períodos da História algumas sociedades e civilizações o alcançaram.

Os Açores, apesar do seu isolamento e da sua localização, ou, por vezes, por isso mesmo, vêem a sua dimensão e dependência afectados pelas conjunturas internacionais.

É, também, por isso, que o desenvolvimento dos Açores, promovido pela sua autonomia viu a sua concretização depender em grande medida, primeiro do especial relacionamento com os Estados Unidos da América, na sequência do Acordo de Cooperação e Defesa celebrado pela utilização da Base das Lajes, e das respectivas transferências financeiras para a Região, depois pela integração europeia de Portugal e dos correspondentes

fluxos financeiros que chegaram às entidades públicas e empresas dos Açores e aos açorianos em geral.

A realidade europeia se é facilmente apreendida no centro do continente pela força da Geografia e pela influência da História, não é tão sentida nas margens da União, e em especial em regiões que mereceram outras influências civilizacionais como é o caso dos Açores.

Porém, a autonomia regional com os pilares da sua origem e com a permanente e activa actualização das novas exigências deve conformar-se com a nova ideia de Europa.

A essencialidade da Europa para os Açores de hoje é tão inegável quanto desconhecida pelos açorianos, sendo certo que cada passo da vida de cada açoriano está hoje directamente condicionado pela realidade que é a Europa integrada deste início de milénio.

É, por isso, decisivo que haja uma consciencialização alargada desta inevitabilidade e que as entidades regionais assumam positiva e activamente este desafio.

Nestes pressupostos, é com preocupação que assistimos a declarações do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores a respeito da relação da Região com a Europa.

Tais declarações foram ao ponto de considerar decisões da União Europeia como “obstáculos” impostos ao desenvolvimento dos Açores, como “dificuldades” e “problemas”.

Concretizava tais perspectivas com a referência às limitações à produção de leite impostas pela quota comunitária, a produção tradicional do açúcar ou alguns aspectos da Política Comum de Pescas.

Poderá ser popular, poderá dar mais votos, é seguramente mais fácil estar apenas ao lado das preocupações dos lavradores, dos nossos empresários e pescadores.

Não é, seguramente, apenas essa a postura mais responsável perante as responsabilidades da gestão regional.

Mais amigo do que aquele que vai apenas ao funeral e chora ao lado do finado, é aqueloutro que faz tudo para que este não pereça.

Com efeito, tais situações não resultam pura e simplesmente de qualquer acção malévola das instâncias europeias contra o desenvolvimento dos Açores.

Surgem sim na sequência da deficiente gestão de prioridades negociais do anterior Governo da República e do actual Governo Regional ao nível da produção do leite, ao nível do Poseima e das Pescas.

Surgem pela má estratégia de defesa dos interesses específicos dos lavradores, dos pescadores e dos produtores locais.

No que respeita à problemática dos limites na produção de leite, os interesses dos agricultores açorianos deveriam ter sido acautelados em 1999 aquando do início da negociação da agenda 2000, sendo que nessa altura se evidenciavam sinais claros da expansão da produção leiteira açoriana e da evolução das entregas de leite.

Acresce que nunca o Governo da República de então formalizou em Bruxelas uma proposta de Portugal para o aumento da quota leiteira.

Quanto à questão da proibição da expedição de açúcar para o continente, os problemas não surgem por imposição unilateral de qualquer organismo europeu, mas na sequência de um regulamento negociado em 2001, período em que como todos ainda sabemos os governos da República e da Região eram os que eram.

As referidas declarações do Senhor Presidente do Governo Regional inserem-se na identificada e assumida estratégia de desculpabilização permanente perante os insucessos da respectiva governação. Ora, culpabilizando o Governo da República, ora as autarquias do P.S.D., Governos anteriores e, neste caso, a União Europeia.

Entendendo não ser correcta esta postura de desculpabilização permanente, não suscitamos que o Governo Regional se culpabilize ou

sequer se auto flagele, mas apenas que assuma as responsabilidades da governação regional para que foi incumbido democraticamente pelos açorianos.

Num relacionamento institucional como é o das Regiões com a Europa, não parece correcto considerar-se o cumprimento de regras como um “obstáculo” ao desenvolvimento, como um “problema” como uma “dificuldade”, com o que se cria, de certo modo, um incentivo ou estímulo ao incumprimento de tais normas.

De resto, qualquer realidade jurídica assume direitos e deveres. Deveres que não devem ser considerados como “obstáculos”, “problemas” ou “dificuldades”, mas enfrentados com o sentido de responsabilidade, respeito e convicção de quem beneficia dos direitos.

Numa altura em que os novos desafios da Europa se tornam ainda mais evidentes e decisivos para o futuro desenvolvimento da nova Europa, assume ainda mais premência a assunção clara e inequívoca do nosso envolvimento no projecto da nova Europa.

A exigência e dinâmica do processo de desenvolvimento europeu tem de ser realizado de forma permanente e não através de medidas avulsas ou posições casuísticas.

Este afastamento da realidade europeia, confirma-se também na ausência de uma representação açoriana em Bruxelas, ao contrário do que

foi prometido pelo actual Governo Regional, e que se demonstra essencial para o acompanhamento eficaz do processo comunitário.

A ausência do Presidente do Governo no Comité das Regiões, conforme foi comunicado a uma Delegação desta Assembleia em Junho último, também não tem sido um factor de influência dos interesses açorianos perante os mais diversos níveis de decisão europeus, ao contrário do que acontece com outras regiões ultraperiféricas.

Tudo isto ainda se torna mais preocupante face aos novos desafios da Europa.

O decidido alargamento do espaço da União a países e regiões com maior competitividade económica e localização privilegiada face aos grandes mercados merece ser encarado pelos Açores e pelas demais regiões ultraperiféricas com o devido cuidado, sendo que segundo estudos já realizados Portugal será dos mais afectados dos actuais estados membros.

Outro desafio que merece a maior atenção para os Açores incide no incremento do conceito de Europa das Regiões, de modo a que os Açores possam beneficiar de um espaço próprio no âmbito do mapa reivindicativo e negocial da Europa.

Por outro lado, é imprescindível que se concretize o estatuto da ultraperiferia previsto no artigo 299º, nº2, do Tratado da União, e que os Açores possam utilizar eficazmente a qualificação de que beneficiam.

Neste particular é de sublinhar as posições públicas do Primeiro-Ministro de Portugal, no sentido de, conjuntamente com o seu homónimo espanhol, envidarem esforços para reforçar o estatuto das regiões ultraperiféricas, passando mesmo a integrar a parte substancial do futuro tratado constitucional da União.

Do mesmo modo se saúdam as declarações do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, no âmbito da reunião dos Presidentes das RUPS realizada nas Canárias, revelando uma preocupação e envolvimento nas questões europeias até então evidenciadas fundamentalmente em discurso, mas essenciais ao melhor desempenho da Região nos próximos tempos.

Também se considera positiva a alteração orgânica verificada no sentido da criação da Direcção Regional de Assuntos Europeus e do anunciado Conselho de Coordenação de Assuntos Europeus.

A saudação vai também para a anunciada presidência do grupo da Regiões Ultraperiféricas por parte do Presidente do Governo Regional dos Açores a partir de Setembro de 2003.

Espera-se que as últimas declarações e envolvimento do Presidente do Governo Regional dos Açores sejam uma correcção e um prenúncio de um novo período no relacionamento entre a Região e a Europa, quanto se reconhece que apenas com a real e efectiva assunção do processo de

integração por parte dos Açores poderemos enfrentar os desafios do futuro desenvolvimento do arquipélago.

Esta identificada e necessária postura perante a Europa da actualidade e do futuro tem sido também manifestada nos últimos tempos pelos diversos partidos políticos da Região, através da promoção de debates e eventos sobre a matéria.

Assim se evidenciando, do mesmo modo, a importância da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, como primeiro órgão da nossa autonomia, assumir o projecto europeu e os desafios a ela inerentes e decisivos para o progresso da Região como algo de natural e imprescindível à sua acção.

Perante os desafios que os novos dias trazem e a exigência que a nova realidade europeia determina, é decisivo que a relação da Autonomia com a Europa seja perene, que a Esperança em tempos melhores se imponha a qualquer espécie de pessimismo e, sobretudo, que cada açoriano veja na Europa uma realidade que também é sua para, conhecendo-a, poder beneficiar das suas potencialidades e desse modo contribuir para as próximas conquistas da autonomia.

Horta, 22 de Janeiro de 2003.